Revista Espaço Acadêmico - Nº 129- Fevereiro de 2012
Mensal - ANO XI - ISSN 1519-6186

Da atualidade do fim do Estado

Júlio César de Lima Bizarria*

Resumo

Os vinte anos da dissolução da União Soviética permitem uma reavaliação do fim do Estado e do fim da História enquanto temas comuns no imediato pós Guerra Fria. Em meio à miríade de teorias que foram propostas, a peculiar perspectiva de Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre a matéria podem tanto testificar o fim consumado do Estado-nação como oferecer interessantes possibilidades teóricas para se abordar a análise das relações internacionais. Nesse último caso, a chamada teoria do agenciamento pode penetrar recentes eventos da vida internacional.

Palavras-chave: *pós Guerra Fria, gnosticismo, teoria do agenciamento, atores políticos.*

Abstract

The twenty years since the dissolution of the Soviet Union allow for a reassessment of the end of the State and the end of History as common topics of the immediate post Cold War. Among the myriad theories that have been proposed, the peculiar view of Gilles Deleuze and Félix Guattari on the subject may either testify to the consumed demise of the nation-state or yield interesting theoretical possibilities to approach the analysis of international relations. In this latter case, the so-called assemblage theory can penetrate recent events of the international life.

Key words: *post Cold War, Gnosticism, assemblage theory, political actors.*

* **JÚLIO CÉSAR DE LIMA BIZARRIA** é Mestrando em Memória Social (UFRJ).

A Destruição de Leviatã - Gustave Doré [1865, gravura].

Há vinte anos, a dissolução da União Soviética coroava o último ato da Revolução de 1917 e encerrava, segundo Eric Hobsbawm, o século XX como unidade processual coerente e transcorrida à sombra da insurreição bolchevique. Década sem século ou década precoce, os anos 1990 testemunharam arroubos de otimismo na periferia dos Estados e nos Estados da(s) periferia(s), e deram voz a um sem-fim de teorias sobre a "Nova Ordem Mundial". De seu relativo consenso articulou-se a multipolaridade

como novo paradigma das relações internacionais, o multilateralismo como agenda comum, ou panaceia para uma utopia capitalista.

Deveras, muito desse otimismo global persiste, podendo-se dizer que se ainda há hoje um medo da catástrofe, é o medo da catástrofe natural antrópica — um desconcertante paradoxo — ou da profecia em moratória, 2012? Em qualquer caso, a nêmese parece antes um tigre de papel, amansado pela coerência que sua figura pode oferecer à atuação das instituições internacionais, ou por uma espécie de salvação universal, apresentada no confuso léxico da apocatástase *New Age*[1].

É abaixo do nível global que parece haver espaço para certo pessimismo local: ao longo dos últimos vinte anos, uma multiplicação dos pequenos conflitos — uma balcanização da guerra — permite uma quase nostalgia da Guerra Fria, ao menos no esquecimento de que a guerra da chamada Ordem Bipolar nunca foi fria, mas uma acalorada *proxy war*[2], na qual uma peculiar economia de conflitos entre e em Estados fantoches animava, por um lado, o que Dwight Eisenhower chamara de complexo industrial militar e conservava, por outro, o equilíbrio de poder entre as superpotências, o sossego do Doutor Fantástico. Estranho e fantástico sossego, apresenta-o Eric Hobsbawm, ao menos com respeito ao conflito em escala mundial, como um traço comum a toda a Guerra Fria:

> A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas, sobretudo, do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. (HOBSBAWM, 1997, p. 224).

Essas palavras dão o tom e a autoridade de toda uma corrente historiográfica que vem, *ex post facto*, reduzir alguns dos mais dramáticos episódios da Guerra Fria a cenas de um inócuo anedotário: tais momentos, juntamente com os verificados nos últimos vinte anos e com uma sempre insinuante escatologia, recomendam a ousadia de uma revisão.

Escatologia e política: fim da História, fim do Estado

A ideia de uma *finalidade* transcendente do devir histórico atravessa a história intelectual do ocidente e, pelo menos desde Flávio Josefo[3], se funde com a ideia de *termo*; o amálgama supre as utopias, sacras e seculares, das

[1] Sobre a dilação sucessiva da profecia, é pertinente observar as palavras de Reinhart Koselleck (2006, p. 32), para quem a profecia multiplica e certifica a si mesma, inclusive no evento de sua não realização. Sobre a apocatástase, seu sentido de salvação universal em Marcião de Sinope (110-160 a.D.) é esclarecedor do gesto da cultura *New Age*, gnosticismo de mercado, sobre o qual José Gil escreve com sucinta e meridiana clareza: "Simplesmente, exige-se sempre mais do que se dá, e recebe-se sempre menos do que se esperava." (*apud* LINS e PELBART, 2004, p. 84).

[2] Guerras "por procuração", recorrentes na história política, consistem no conflito local entre atores menores, normalmente clientes diretos a maiores — previne-se não restringi-los a Estados. Chris Loveman (2002. p. 29-48) propõe uma discussão abrangente e atual do conceito.

[3] Flávio Josefo (37?-100 a.D.), assim, não desafia somente o primado da história pagã, mas a própria concepção de tempo que se depreende da historiografia greco-latina. O autor de *A guerra judaica* também dera um importante impulso para a imanentização do profetismo, vinculando o divino castigo à guerra civil — a *stasis* dos gregos — sem diferi-la (DOBRORUKA, 2001).

condições históricas para sua articulação, ao mesmo tempo em que lhes permite infletir, de um só golpe, sobre dois objetos que se tornarão privilegiados: a história e o Estado. Enquanto a postulação escatológica em nível transcendente é encontradiça e, por isso mesmo, passível de longuíssima e talvez insípida compilação, a busca por pretensões de imanência pode legar interessantes singularidades.

A inconsistência da tese do fim da História conforme apresentada por Francis Fukuyama em artigo e livro homônimos é denunciada por um vasto coro[4], e atestada inclusive pela celeridade com que seu autor abandonou a discussão. A própria sucessão das duas últimas décadas ensejou a conveniência de seu relativo esquecimento: uma discreta inscrição em um museu doxográfico de escatologias seculares para um autor que viveria, então, de viperino situacionismo e discreta atuação entre os *think tanks* conservadores. Decerto, o único motivo para evocá-lo é o fato de que sua tese compartilha, com ninguém menos que G. W. F. Hegel, a substituição do otimismo pelo *triunfalismo*, ora a respeito de Napoleão às portas de Iena, ora a respeito de George H. W. Bush, o velho, às portas de um amargo engano. A singularidade da operação pretende dar a uma figura típica da escatologia cristã os ares de uma realidade *manifesta* e *consumada*, a imanentização gnóstica do *eschaton*, nas palavras decisivas de Eric Voegelin:

> O gnosticismo, na qualidade de mundo de fantasia contra-existencial, talvez possa ser tornado inteligível como a expressão extrema de uma experiência universalmente humana: o horror à existência e o desejo de escapar dela. [...] No gnosticismo, o não-reconhecimento da realidade é uma questão de princípio; nesse caso, dever-se-ia antes falar de uma inclinação para permanecer consciente da casualidade da existência, malgrado o fato de que tal casualidade não é admitida como um problema no mundo de fantasia gnóstico; a fantasia tampouco prejudica a responsabilidade cívica de lutar bravamente em caso de emergência. A atitude para com a realidade permanece enérgica e ativa, mas se torna impossível pôr em foco a realidade e a ação sobre o real: a imagem é toldada pelo sonho gnóstico. (VOEGELIN, 1982, p.122-3).

Se a escatologia e o gnosticismo conforme o qualifica Voegelin seriam antecedentes e móveis do Fim da História, o do Estado teria antecedentes conexos, porém distintos. Para Reinhart Koselleck (1999, p. 150 e *passim*), a aspiração da razão iluminista de submeter o poder soberano a uma crítica moral radicaliza-se primeiramente na utopia de abolição do Estado, e posteriormente em uma guerra "de guerrilha", velada e sem batalhas, por esse objetivo:

> A guerra civil, sob cuja lei vivemos até hoje, foi reconhecida, mas minimizada, por uma filosofia da história para a qual a decisão política pretendida não passava do

[4] Perry Anderson (1992) ajunta à sua própria posição um compreensivo sumário das críticas opostas a Fukuyama. Jacques Derrida (1993) apresenta o fim da História, o triunfo da democracia liberal e a "derrota do comunismo" como elementos de um mesmo dogmatismo capitalista contra o qual cumpriria a contestação veemente pelo retorno às multiplicidades presentes em Karl Marx; esse exercício de tolerância e criatividade exegéticas seria, por si, um desafio à intolerância dos triunfalistas, ofuscados pelo sonho gnóstico, e às novas intolerâncias que surgiam sem seu conhecimento.

> fim previsível e inexorável de um processo suprapolítico e moral. Mas, ao minimizá-la, agravava-se a crise. Concebido a partir de uma visão dualista do mundo, o postulado dos militantes burgueses — isto é, o da moralização da política — se misturava de tal modo com o desencadeamento da guerra civil, que a "revolução" não foi vista como uma guerra civil, mas como o cumprimento de postulados morais. A dissimulação e o agravamento da crise são um único e mesmo processo. [...] O iluminismo, forçado à camuflagem política, sucumbiu à sua própria mistificação. [...] Obscurecer a compreensão desta dissimulação como dissimulação era a função histórica da filosofia da história. Ela é a hipocrisia da hipocrisia em que a crítica se havia degenerado. Realizou-se assim um salto qualitativo que impedia todos os participantes de compreender o próprio ofuscamento. O anonimato político do iluminismo cumpre-se na soberania da utopia. Desde então, o caráter problemático e a incerteza de todas as decisões históricas futuras parecem eliminados, ou aparecem na má consciência daqueles que são suas vítimas. (KOSELLECK, 1999, p.160-1).

O fim do Estado, assim, existe, sobretudo, como parte do sonho gnóstico ou das hipocrisias da crítica moral; como tal, é prometido por uma larga tradição, que inclui os chamados jovens hegelianos, as escolas socialistas, anarquistas etc. Nomes diversos como Robert Owen, Arnold Ruge, Marshall McLuhan e Michel Mafessoli se deixariam arrolar de modo quase inexaurível, enquanto a busca pela postulação do fim *imanente* do Estado deve aparentemente contentar-se com a fé de um Leon Trotski ou de um Ernesto Guevara, de que após a vitória na guerra civil a revolução cuidaria espontaneamente de dirigir o processo histórico à imagem do *eschaton*.

A paixão do Príncipe

Se algum momento da Guerra Fria é capaz de desafiar a serenidade com que a descreve o professor Hobsbawm, seria o caso do último trimestre de 1962, que, com a Crise dos Mísseis em Cuba, deu voga a um dos mais curiosos acrônimos da língua inglesa, que corria, então, à boca pequena: MAD[5]. A certeza da destruição mútua, decorrente da capacidade de retaliação a um ataque atômico que as duas superpotências acreditavam possuir, lançou-as, com todo o mundo, numa década de experimentação e incerteza, na qual o cálculo político vacilou até encontrar o fio de uma frágil, breve *Détente*. O que se tem, assim é uma viragem das mais radicais: a guerra, tomada pelos Estados desde o século XVIII como instrumento da estabilidade continental[6] (europeia),

[5] O acrônimo MAD [*Mutual(ly) Assured Destruction*, cujo significado aproximado em português é o de Destruição Mutuamente Assegurada], que não viu historiador algum precisar-lhe a origem, foi, durante a Segunda Guerra Mundial, o sintoma de "um programa sem uma estratégia", nas palavras de Bruno Tertrais (*apud* SOKOLSKI, 2004). Razoável supor que a ambição se origina na lentidão custosa da guerra de trincheiras, exatamente pelo que a dissuasão pré-nuclear se concentrou, entre os do Eixo como entre os dos Aliados, nos bombardeios noturnos, ou em ataques coordenados e concentrados de curta duração. Vários *Blitzkriege*. Razoável supor que, desde 1949, o qualificativo *mutual* já se fizesse ouvir nos gabinetes, para ser reforçado no agenciamento submarino-míssil e coroado, afinal, com os eventos da Crise dos Mísseis. É somente então que o acrônimo salta dos gabinetes para ser explicitamente enunciado como doutrina estratégica.

[6] É ainda Reinhart Koselleck (1999, p. 41) quem indica a instrumentalização da guerra no âmbito da superação das guerras religiosas, ademais da residualidade do Estado de Natureza

deixava-os agora, e isso em sua pura virtualidade, sem quaisquer meios para orientar-lhes a ação. *Stasis*[7] como impasse. Ademais, a guerra, tornada protagonista da política mundial, tomava os próprios Estados como instrumento de sua efetivação. Nas palavras de Gilles Deleuze e Félix Guattari:

> [...] a figura pós-fascista é a de uma máquina de guerra que toma diretamente a paz por objeto, como paz do Terror ou da Sobrevivência. A máquina de guerra torna a formar de novo um espaço liso que agora pretende controlar, cercar toda a terra. A própria guerra total é ultrapassada em direção a uma forma de paz ainda mais terrífica. A máquina de guerra se encarregou do fim, da ordem mundial, e os Estados não passam de objetos ou meios apropriados para essa nova máquina. É aí que a fórmula de Clausewitz se revira efetivamente, pois, para poder dizer que a política é a continuação da guerra por outros meios, não basta inverter as palavras como se se pudesse pronunciá-las num sentido ou no outro; é preciso seguir o movimento real ao cabo do qual os Estados, tendo-se apropriado de uma máquina de guerra, e fazendo-o para seus fins, devolvem uma máquina de guerra que se encarrega do fim, apropria-se dos Estados e assume cada vez mais funções políticas. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, v. 5, p. 108).

A inversão da fórmula de Clausewitz (originalmente, da guerra como continuação da política por outros meios) indicada por Deleuze e Guattari, corresponde à destituição de qualquer modelo das relações internacionais fundamentado na ordem pós Westfália-Utrecht, implicando, assim, toda a análise geopolítica, todas as teorias das relações internacionais, quase tudo o que já se disse sobre o Estado. Não se trata de apresentar o Estado como superestrutura, ecoando a larga tradição que lhe assegura o fim *em profecia*; não se trata, tampouco, de decretar novamente a morte do sujeito, mas de *atestar* a morte do próprio Estado como sujeito de direito internacional público e deste último como disciplina: haveria somente uma máquina de guerra, com sua jurisprudência marcial universal[8]. *Stasis* como ímpeto, *bellum omnium contra omnes*, (guerra de todos contra todos).

A proposição radical dos professores de Vincennes, embora consista precisamente na espécie de tese que se procurava, jamais poderia ser aceita sem um detido exame, do qual poderiam resultar tanto subsídios para a compreensão de uma ordem mundial pós-estatal como, na eventual impossibilidade de subscrever-lhes, uma revisão mais singela, conquanto não menos útil, dos atuais paradigmas da ciência política e das relações internacionais. Convém, por hora,

---

hobbesiano, como traço marcante das relações internacionais e modo por como se articulou, no século XIX um "concerto europeu".

[7] Embora a ciência política não a faça retroceder além de Tucídides — silêncio que parece incluir autores do vulto de um Norberto Bobbio ou de um Raymond Aron, a expressão *stasis*, afirma Simon Hornblower (2002, p. 185), precede seguramente a *História da guerra do Peloponeso*. Sua acepção mais recente, de guerra civil, provém possivelmente da tradução vernacular que lhe dera o jovem Hobbes em 1629 (MANICAS, 1982, p. 676).

[8] Deve-se observar as palavras que Deleuze (1992, p. 209) dedica à jurisprudência: "O que me interessa não é a lei nem as leis (uma é noção vazia, e as outras são noções complacentes), nem mesmo o direito ou os direitos, e sim a jurisprudência. É a jurisprudência que é verdadeiramente criadora de direito: ela não deveria ser confiada aos juízes."

adentrar tentativamente a sequência do "movimento real" reclamado pelos autores e confrontar outro momento-chave da Guerra Fria: a noite de 23 de março de 1983, igualmente, eclipse da humanidade, quando se afinal entreviu, no discurso, como nas estrelas, o enlace sufocante, a cinta mortuária da Terra. Se na iniciativa de Ronald Reagan não há muito mais que certo gesto cosmético, reação mais ou menos espasmódica a humilhações como a do Vietnã e do Irã insurreto, e se de sua política não resultou de fato um sistema de defesa e lançamento de mísseis balísticos intercontinentais, ao menos se aprofundaram as certezas de que a "Bomba" se tornara o real protagonista da política internacional.

Leviatã entre necropsia e anatomia

Admitir a hipótese levantada por Deleuze e Guattari, relativamente marginal em seus escritos, ameaçaria ruir os pilares teóricos da ciência política e das relações internacionais; logo, parece razoável opor-lhes uma importante reserva: não é que os Estados tenham deixado de existir, o que afrontaria a mais comezinha evidência, mas que tenham deixado de existir enquanto potestades detentoras do monopólio da violência física legítima, do direito sobre a vida e a morte, do recurso aos biopoderes (AGAMBEN, 2002; FOUCAULT, 2004) ou de quaisquer outras qualidades sejam trazidas para defini-los. Com efeito, na ontologia radicalmente imanentista desses autores, o aporte de tais qualidades com o fito de se chegar a um conceito do Estado *em geral* é inadmissível; um estratagema fundamentalmente a-histórico, que parte dos Estados modernos como produtos acabados, recolhendo qualidades presentes e buscando-as no passado somente para, em seguida, furtar-se a toda temporalidade e deduzir-lhes uma *essência* pretensamente transcendente.

A alternativa que se insinua na sequência do pensamento de Deleuze e Guattari é a de somente se reconhecer a subsistência do Estado como uma multiplicidade de entes *individuais*, histórica e conceitualmente. Tem-se assim cada Estado nacional como uma composição estratificada, um agenciamento complexo de burocracias, estruturas de poder local, clientelas, populações heterogêneas, territorialidades físicas e discursivas em constante litígio. Em seus termos, pode-se dizer que nesses agenciamentos o poder político é sucessivamente desterritorializado e reterritorializado, seja sobre suas componentes analíticas, seja sobre um regime interestatal, este igualmente um estrato[9].

Posta nesses termos, a teoria do agenciamento não mais necessita afrontar os fundamentos da ciência política e das relações internacionais, mas, antes, pôr-se em frutífero diálogo com ela. Hedley Bull, expoente da chamada escola Neorrealista britânica, à falta de uma coercibilidade direta da norma internacional e diante de seu caráter juridicamente atípico, propõe, no

[9] Territorialização e desterritorialização são conceitos-chave em Deleuze e Guattari, mas é ao professor Manuel De Landa que se toma a seguinte definição, de máxima clareza operacional: "[...] processos de desterritorialização são (processos) que definem ou acentuam os limites de territórios (físicos). Territorialização, por outro lado, também diz respeito a processos não espaciais que aumentam a homogeneidade interna de um agenciamento. [...] Qualquer processo que desestabilize limites espaciais ou aumente a heterogeneidade interna (do agenciamento) é considerado de desterritorialização." (2006, p. 13. tradução livre). As aplicações da teoria do agenciamento à sociologia política também são acerbamente exploradas em seu *Deleuze: history and science*.

âmbito de uma sociedade *anárquica*, o trânsito da política à sociologia, permitindo a inteligência da anarquia não como um óbice à ordem, mas como o próprio *substrato* em que pode desenvolver-se um *sistema de Estados*, formado quando "dois ou mais Estados têm suficiente contato entre si e suficiente impacto nas decisões de um e outro para levá-los a comportar-se, ao menos em certa medida, como partes de um todo".[10]

Uma vez que Hedley Bull toma o conceito de sistema de Estados como sinônimo a *sistema internacional*, pode-se concluir que não está entre seus objetivos primeiros o elenco de outros entes ademais dos Estados nacionais e de seus prepostos para a compreensão das relações internacionais. O passo adiante, de que sua obra se ressente, é dado pelo professor Philippe Moreau Defarges, do Instituto de Estudos Políticos de Paris, para quem a ingerência é "uma realidade onipresente, multiforme, cotidiana, finalmente normal (em todos os sentidos desse adjetivo) da vida social e, assim, de uma de suas facetas, a vida internacional".[11] Seu estudo consagra uma miríade de entidades que vai desde os próprios órgãos internos dos Estados e dos colégios internacionais por eles constituídos, passando pelas igualmente várias organizações não governamentais, até os grupos sem qualquer personalidade ou constituição jurídica, como grupos de pressão, minorias étnicas, terroristas, etc. Um catálogo assim compreensivo de entes operantes nas relações internacionais é estimada promessa de renovação teórica à qual faltaria, somente incluir os fluxos materiais e discursivos que constituem a *máquina de guerra*.

[10] BULL, 2002, p.9, tradução livre.
[11] DEFARGES, 2000, p.12. tradução livre.

Conclusões

Contrariamente ao princípio heurístico da *navalha de Occam*, parece, afinal e ironicamente, que é pela multiplicação de entes e hipóteses que se pode chegar a uma compreensão mais apurada das relações internacionais. Na soleira da segunda década do século XXI, a importante efeméride convida à reflexão, enquanto os recentes acontecimentos permitem arriscar certo prognóstico.

O incidente de Fukushima, em março passado, como os atritos entre as Coreias e a permanente ameaça de intervenção militar direta no Irã, trouxeram novamente à baila a discussão sobre os usos civis e militares da tecnologia nuclear; sobre os últimos, à vista de que, na percepção de Deleuze e Guattari, como na de Paul Virilio (1993), as ogivas protagonizaram a política internacional após 1945, vindo inclusive justificar as campanhas pós Guerra Fria dos Estados Unidos no confuso conceito de armas de destruição em massa, reconsiderar o papel do armamento nuclear no novo século é tarefa urgente. Em que pese certa histeria a respeito dessa espécie de armamento, ou o reconhecimento de que seu controle não esteja mais tão rigorosamente cingido a dois blocos políticos antagônicos, segundo Deleuze e Guattari, as ogivas são apenas a *forma de expressão* de uma apropriação das funções políticas dos Estados nacionais pela *máquina de guerra*. Diante da disciplina do armamento atômico, sobretudo daquela consubstanciada no Tratado de Não Proliferação de armas atômicas, o armamento seguiu o vetor de desterritorialização que o arrasta para o exterior de sua segmentação jurídica: nem atômico, nem incendiário, nem de fragmentos, nem químico, nem biológico, nem termobárico etc. (DE

LANDA, 1991). Com efeito, o Tratado de Não Proliferação de armas atômicas equivale a um tácito e talvez inconsciente acordo pela proliferação de todas as outras armas, sobretudo daquelas que se prestem ao uso nômade, turbilhonar e fragmentário que depois de Virilio (1996) bem podem chamar-se de destruição *em malta*. Este é o caso, decerto, das armas de infantaria, artilharia leve e sabotagem tão empregadas por terroristas.

Por falar em terror, o otimismo de Barack Obama a respeito da recente morte de Osama Bin Laden não é capaz de esconder o fato de que se alvejou tão somente o estéril e pacato significante, e que a força de contágio do terror, como o espírito Legião, do evangelho segundo Marcos 5:9, é múltipla, multiforme. Como o terror não seja somente islâmico, como o islamismo não seja, obviamente, terror, o narcoterrorismo que se testemunha no México ou no Rio de Janeiro, ou a metrópole furibunda de tantos nomes, também passam ao largo do armamento atômico, também contaminam a vida civil, e nos deixam a ubíqua figura do Medo e de sua gestão (BAUMAN, 2008; VIRILIO, 2010). Se, até aqui, não se chegou ao fim imanente do Estado, ao menos se chegou à figura de seu decisivo enfraquecimento, como, igualmente, àquela de uma *stasis* universal e consumada.

O terrorista, o narcotraficante, o bandido e o refugiado sem nome parecem todos confirmar a interpretação de Defarges, surgindo como autênticos atores políticos das relações internacionais, tanto em nível local como mundial, enquanto a cidadania política se reduz à pacificação angustiada, anônima e atônita; os Estados nacionais e subnacionais se desdobram numa fértil constelação de elementos analíticos, e a peculiar perspectiva de Deleuze e Guattari sobre o fim do Estado termina por oferecer alento e otimismo para o conhecimento. Faltará, ainda, buscar, no novo século, alento e otimismo para a vida.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ANDERSON, Perry. *O fim da história* de Hegel a Fukuyama. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

ARON, Raymond. *Introduction à la philosophie de l'histoire*: essai sur les limites de l'objectivité historique. 2.ed. Paris: Gallimard, 1981.

_____. *Paz e guerra entre as nações*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora Universidade de Brasília e Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOBBIO, Norberto *et al. Dicionário de política*. 11. ed. Vários tradutores. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 2 v.

BULL, Hedley. *The anarchical society*: a study of order in world politics. 3. ed. New York: Columbia University Press, 2002.

DE LANDA, Manuel. *War in the age of intelligent machines*. New York: Zone Books, 1991.

_____. *A new philosophy of society:* assemblage theory and social complexity. London: Continuum, 2006.

_____. *Deleuze:* history and science. New York: Atropos, 2010.

DEFARGES, Philippe Moreau. *Un monde d'ingerences*. 2. ed. Paris: Presses de Sciences PO, 2000.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Capitalismo e esquizofrenia:* mil platôs. Vários tradutores. São Paulo: Ed. 34, 1995-1997. Tomo II, 5 v.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*: o

estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional. Tradução de Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

DOBRORUKA, Vicente. Considerações sobre o conceito de *stasis* na obra de Flávio Josefo. *Boletim do Centro de Pensamento Antigo*. v. 12. Campinas: Unicamp, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 29. ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIL, José. Metafenomenologia das invejas: magia e política. *in* LINS, Daniel; PELBART, Peter Pál. (Org.). *Nietzsche e Deleuze:* bárbaros, civilizados. São Paulo: Annablume, 2004.

HOBSBAWM, Eric. J. *A era dos extremos:* o breve século XX, 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HORNBLOWER, Simon. *The greek world, 479-323 bC.* 3. ed. New York: Routledge, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise.* uma contribuição a patogênese do mundo burguês. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo Branco. Rio de Janeiro: EdUERJ, Contraponto, 1999.

_____. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: PUC- Rio, Contraponto, 2006.

LOVEMAN, Chris. Assessing the phenomenon of proxy intervention. *Conflict, Security & Development.* v. 2:3, p. 29-48. London: Routledge, 2002.

MANICAS, Peter T. War, stasis and greek political thought. *Comparative Studies in Society and History*. vol. 24, no. 4, p. 673-688. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SOKOLSKI, Henry D. (Org.) *Getting mad:* nuclear mutual assured destruction, its origins and practice. Washington: US Army College Strategic Studies Institute, 2004. Disponível em: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=585>. Acesso e descarga em: 01/05/2011.

VIRILIO, Paul. *L'insecurité du territoire*. 2. ed. Paris: Galilée, 1993.

_____. *Velocidade e política*. Tradução de Celso M. Paciornik. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. *L'administration de la peur*. Paris: Textuel, 2010.

VOEGELIN, Eric. *A nova ciência da política*. Tradução de José Viegas Filho. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 2.ed.